



A INSERÇÃO DAS CIDADES PEQUENAS NA REDE URBANA REGIONAL: MOBILIDADE ESPACIAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Maiara Cerqueira Leandro ¹

RESUMO

A problemática das cidades pequenas, realidade teórica e prática heterogêneas, apresenta a complexidade das relações socioespaciais a serem apreendidas diante dos novos contextos de mudanças na urbanização contemporânea. O objetivo deste trabalho é discutir a inserção das cidades pequenas na rede urbana regional como proposição teórico-metodológica para compreensão dos processos e das suas formas-conteúdo, que não se reduzem a um nível de interpretação na hierarquia urbana. Partindo-se, assim, da análise das particularidades das cidades pequenas do Recôncavo Baiano, a fim de apreender empiricamente como essas cidades participam e desempenham funções e papéis na rede urbana a qual estão articuladas, em meio ao processo de reprodução do espaço no desenvolvimento geográfico desigual. Os procedimentos metodológicos utilizados pautaram-se em leituras e fichamentos sobre o debate da urbanização e da dinâmica urbano-regional das cidades pequenas, suas particularidades e complexidades em meio ao processo de reprodução das relações socioespaciais, referenciados com base em autores como Endlich (2006); Sposito (2001); Bernadelli (2004); Santos (1993); Sposito e Silva (2013), entre outros. Pesquisa documental e *in loco*; instrumentos de coleta de dados com a aplicação de questionários por domicílios; mapeamento, organização e sistematização das informações; e, análise dos resultados. Com base nas reflexões e análise dos resultados, aponta-se para a necessidade de superação das abordagens puramente hierárquicas na compreensão das redes urbanas, especialmente quanto ao papel das cidades pequenas, que apresentam relações socioespaciais complexas, marcadas por articulações mais amplas que implicam em mudanças nas funções urbanas, que foram sendo adquiridas ou perdidas ao longo do tempo.

Palavras-chave: (Re)produção do espaço, Dinâmica urbano-regional, Recôncavo Baiano.

ABSTRACT

The issue of small towns, a heterogeneous theoretical and practical reality, presents the complexity of socio-spatial relations to be grasped in light of the new contexts of change in contemporary urbanization. The objective of this paper is to discuss the insertion of small towns into the regional urban network as a theoretical-methodological proposition for understanding the processes and their forms and content, which are not reduced to a single level of interpretation within the urban hierarchy. Thus, the study begins by analyzing the particularities of small towns in the Recôncavo Baiano region, aiming to empirically understand how these towns participate and perform functions and roles within the urban network to which they are linked amid the process of spatial reproduction in uneven geographic development. The methodological procedures used were based on readings and records on the debate on urbanization and the urban-regional dynamics of small cities, their particularities and complexities amidst the process of reproduction of socio-spatial relations, referenced based on authors such as Endlich (2006); Sposito (2001); Bernadelli (2004); Santos (1998); Sposito and Silva (2013), among others. Documentary research and *in loco*; data collection instruments involving household

¹ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, maiara-silva@ufba.br.



questionnaires; mapping, organizing, and systematizing information; and analyzing the results. Based on the reflections and analysis of the results, we highlight the need to move beyond purely hierarchical approaches to understanding urban networks, especially regarding the role of small cities, which present complex socio-spatial relationships marked by broader articulations that imply changes in urban functions, which have been acquired or lost over time.

Keywords: (Re)production of space, Urban-regional dynamics, Recôncavo Baiano.

INTRODUÇÃO

A problemática das cidades pequenas, realidade teórica e prática heterogêneas, apresenta a complexidade das relações socioespaciais a serem apreendidas diante dos novos contextos de mudanças no espaço influenciados pelo processo da urbanização contemporânea e pela articulação de fluxos na rede de cidades, que não podem ser lidos apenas pela forma hierarquizada. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir a inserção das cidades pequenas na rede urbana regional como proposição teórico-metodológica para compreensão dos processos e das suas formas-conteúdo, que não se reduzem a um nível de interpretação na hierarquia urbana.

No contexto do espaço geográfico e da rede urbana brasileira, deve-se compreender que cada cidade assume papel importante nos processos de desenvolvimento regional e de manutenção da vida em sociedade. Além disso, cada rede urbana, a depender da área onde está inserida, pode articular-se de modo diferente com outras partes do país e regionalmente. Por isso, destaca-se a importância de discutir o modo como as cidades pequenas são influenciadas e/ou influenciam na rede de cidades.

Essa perspectiva é fundamental para pensarmos o espaço articulado no movimento contínuo do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Embora espacialmente articuladas entre si, cada cidade, em sua dimensão particular, compõe um "sistema hierárquico e heterárquico (de complementariedade) de funções" (Sposito; Catelan, 2014), que viabilizam os fluxos de mercadorias, transporte, informações, ordens e, principalmente, a reprodução da vida em meio a essa complexa rede de interações socioespaciais.

Desse modo, como perspectiva metodológica para pensar os processos da formação socioespacial que dão forma e sentido a essa dimensão de cidade, busca-se apresentar na análise as particularidades de cidades pequenas do Recôncavo Baiano², a fim de apreender

² Diante do próprio processo da formação socioespacial e das dimensões funcionais e simbólicas atreladas às formas de regionalização, diferentes nomenclaturas fazem referência a esta região, a exemplo de Recôncavo canavieiro, fumageiro, mandioqueiro, Recôncavo Sul, Recôncavo Norte (Santos, M., 1959), que estavam associadas a um outro espaço-tempo de análise. Nesse período, a dinâmica regional era comandada por Salvador, enquanto cidades como Cachoeira e Nazaré atuavam como importantes centros portuários e outros municípios



empiricamente como essas cidades participam e desempenham funções e papéis na rede urbana a qual estão articuladas, em meio ao processo de reprodução do espaço no desenvolvimento geográfico desigual.

O entendimento da rede urbana é parte da leitura da realidade geográfica no espaço e no tempo. Conforme Ferreira (2010), seu estudo e compreensão devem transitar por diferentes escalas, agentes e processos que reproduzem essa rede de cidades. Isso está associado à compreensão do processo de urbanização, essencial "[...] para se entender como se estrutura ou por que não se estrutura uma rede urbana, em um dado território e período [...]" (Sposito, 2001, p. 626), bem como as articulações espaço-temporais entre urbanização e cidades, que possibilitam análise mais profunda do papel que desempenham na divisão regional, nacional e internacional do trabalho.

Para tanto, os resultados alcançados nesta pesquisa sobre a inserção das cidades pequenas na rede urbana regional do Recôncavo Baiano revelam a intrincada teia de relações socioespaciais que caracterizam essa dimensão de cidades. Longe de serem meros apêndices de centros urbanos maiores, estas localidades demonstram a complexidade do processo de formação socioespacial, tanto na divisão territorial do trabalho que as estrutura internamente quanto em suas funções na rede urbana regional em que estão inseridas.

Além desta introdução e das considerações finais este artigo está dividido em duas partes. O primeiro tópico apresenta a abordagem sobre processo de urbanização e suas transformações nas cidades pequenas, e, o segundo, trata-se dos resultados e discussão sobre as interações espaciais na rede urbana do Recôncavo Baiano.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados pautaram-se em leituras e fichamentos sobre o debate da urbanização e da dinâmica urbano-regional das cidades pequenas, suas particularidades e complexidades em meio ao processo de reprodução das relações socioespaciais. Referenciados com base em autores como Lefebvre (1999); Sposito (2001); Santos (2019) que contribuem com o estudo das relações entre formas e conteúdo da

serviam como áreas de passagem (Santos, M., 1959). Todavia, a fim de pensar as transformações socioespaciais contemporâneas, o recorte da área de estudo está pautado na análise do comportamento e importância de cidades pequenas desta rede urbana reconfigurada por novas dinâmicas de interações espaciais interescares, tendo em vista a ampliação da centralidade de Santo Antônio de Jesus e a articulação de várias cidades pequenas a esta rede de influência regional.



urbanização, produção do espaço e dinâmica urbana. Endlich (2006); Bernadelli (2004); Sposito e Jurado da Silva (2013); Moreira Junior (2014); Catelan (2012), que apontam perspectivas teórico-metodológicas para compreensão das transformações socioespaciais nas cidades pequenas, processo de formação socioespacial e suas influências na rede urbana regional; Santos (1998); Brito (2008) e Pedrão (2007), com reflexões sobre a rede urbana do Recôncavo Baiano, entre outros. Pesquisa documental e *in loco*; instrumentos de coleta de dados com a aplicação de questionários por domicílios; levantamento de dados estatísticos na base do IBGE, SEI-BA e outras fontes; mapeamento, organização e sistematização das informações; e, análise dos resultados.

URBANIZAÇÃO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NAS CIDADES PEQUENAS

Com a urbanização, a produção do espaço se estende e redefine as formas, as funções, as estruturas e os processos de formação socioespacial das cidades, inseridas no próprio movimento desigual e contraditório da reprodução do capital. Nesse contexto, pensar a inserção das cidades pequenas na rede urbana regional é o desafio que se apresenta nesta pesquisa, sobretudo devido à expressividade geográfica desses pequenos centros urbanos. Daí a necessidade de interpretar as relações espaciais na rede urbana, como possibilidade de entendimento da realização do urbano em sentido amplo. Com base na perspectiva apontada por Lefebvre (1999), o devir da urbanização completa da sociedade em curso não é sinônimo de industrialização, mas apresenta conteúdos que precisam ser revelados com a leitura do movimento de mudanças da cidade em diferentes escalas.

Entende-se, assim, a urbanização como processo de reprodução socioespacial na cidade, que envolve a própria cidade e o campo, e a sociedade capitalista, em que pese haver formas não capitalistas de reprodução do capitalismo. A difusão da urbanização se reconstrói na espacialidade para além do aumento do número e do tamanho das cidades e das funções desempenhadas na divisão social e territorial do trabalho; movimento esse intensificado pelos processos que implicam a aceleração da produção do lucro das firmas, o que repercute na busca por favorecer os meios de circulação de pessoas, mercadorias e informações na própria cidade e em parcelas do espaço geográfico, próximas e distantes por meio das redes geográficas cada vez mais aprimoradas.

No Brasil, a urbanização ganhou novo sentido especialmente a partir do século XX, com a passagem da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial, que produziu importantes transformações nos seus conteúdos e nas cidades. Subjacente ao modo capitalista



de produção, a urbanização brasileira, ao tempo que serve de suporte para a vida cotidiana das pessoas, também, como condição inevitável e necessária, por ser indissociável, resultou na expansão dos espaços para a reprodução do capital e, por conta disso, tanto a cidade, como o campo e a natureza se tornaram, elas próprias, as mercadorias a serem negociadas.

Ao estudar a urbanização brasileira, Santos, M. (1993) apresenta importantes elementos sobre a formação de uma nova geografia regional redesenhada na base da divisão territorial do trabalho, movida pelas necessidades de circulação e especialização territorial da cidade como locus da regulação do campo. Delineia-se, assim, uma hierarquia funcional dos sistemas urbanos marcada por zonas de influências na rede urbana, onde “[...] cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social” (Santos, M., 1989, p. 81).

Trata-se, nesse sentido, de compreender as transformações na urbanização em movimento contínuo, mas inevitavelmente inserida no processo de desenvolvimento desigual do sistema capitalista tornado mundial com o fim da “Guerra Fria” e da queda do Muro de Berlim. Pois, na escala espaço-temporal, as cidades são transformadas, ganham novos conteúdos e há redefinição de suas funções urbanas. Assim, entende-se por que atualmente, sobretudo na era da revolução científica e tecnológica (Santos, T., 1993)³, com a abordagem das redes técnicas, a análise hierárquica da rede urbana pautada na lógica da Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966), fundamentada nos princípios de limiar e de alcance de um bem ou serviço, por si só, não explica a realidade de cada cidade. Como explica Santos, J. (2022, p. 8), “[...] cidades pequenas podem estabelecer relações diretas de consumo e/ou serviços com grandes centros mundiais, sem necessariamente depender dos centros cuja ordem hierárquica é imediatamente superior [...]”, assim como, “[...] uma cidade média pode atrair consumidores de uma metrópole regional ou nacional”.

Para tanto, as dinâmicas engendradas pelos sistemas técnicos/tecnológicos instalados na superfície do Planeta relativizam a organização da rede urbana de forma hierarquizada, ao estabelecer novos contextos espaciais e articulações de fluxos entre as cidades localizadas próximas e distantes. Daí a importância da análise da escala das redes urbanas regionais como expressão das múltiplas formações socioespaciais (Santos, M., 1993), numa relação dialética

³ Santos, T. (1993, p. 7) explica, na base da revolução científica e técnica ocorrida a partir dos anos 1970, as transformações socioeconômicas e espaciais no mundo contemporâneo que conduziram o processo simultâneo de integração econômica mundial e de regionalização, mas que implicou a continuidade da marginalização de várias economias periféricas, sobretudo na América Latina e na África, “Castigadas por problemas estruturais decorrentes de sua inserção dependente na economia mundial que a leva a exportar enormes excedentes produzidos por uma alta taxa de exploração;”[...].



com as escalas da rede urbana brasileira e mundial no contexto da globalização e da regionalização econômica contemporânea.

É importante entender as centralidades das cidades pequenas na reprodução do espaço em sua totalidade, sem limitar as funções dessas cidades apenas ao que é definido pela Teoria das Localidades Centrais, ou ao que é entendido por Corrêa (2011), que as cidades pequenas são somente “centros locais” por exercerem certa centralidade em relação ao seu espaço municipal e até a extensão adjacente onde termina a influência urbana de outras cidades. Para além dessa lógica de compreensão das cidades pequenas, elas precisam ser entendidas para além das funções de distribuição de bens e serviços para a população local.

Com isso, a importância de entender as características da urbanização contemporânea das cidades pequenas brasileiras e evidenciar as funções que tais cidades desempenham na rede urbana e na (re)produção do capital. Como destacam Sposito, E.; Silva (2013), as cidades pequenas têm papel importante na rede urbana brasileira, principalmente porque em sua maioria os municípios no Brasil, são constituídos por essas cidades. Segundo dados do IBGE (Brasil, 2022), se considerarmos o total de 5.570 municípios brasileiros, cujas sedes são consideradas cidades, o limiar das cidades pequenas ligadas aos municípios até 50 mil habitantes, totalizam cerca de 4.919 das cidades brasileiras. Contudo, cabe ressaltar que esse quantitativo associado a variável demográfica é apenas uma demonstração ilustrativa sobre a quantidade de municípios (inclui a parte rural, povoados, vilas e cidades), longe de qualquer referência ao que seria as cidades pequenas em sentido mais amplo.

Especificamente, porque há municípios e cidades com população acima de 50 mil habitantes que não apresentam funções regionais, assim como outros com menor número populacional possuem dinâmica urbana mais complexa. Daí a necessidade de considerar na análise as características e os papéis das chamadas cidades sub-regionais, conforme apresentadas por Santos, J. (2022) e Roma (2008). Tais cidades transitam entre as pequenas de menor complexidade funcional (aquelas que não apresentam funções regionais) e as médias (que se articulam a lógicas escalares mais amplas).

Desse modo, o estudo sobre as cidades pequenas requer a compreensão da dinâmica socioespacial e econômica da região e da configuração espacial e funcionamento da rede urbana onde estão inseridas (Silveira; Faccin; Detoni, 2022). São espaços urbanos diversos com dinâmicas de urbanização particulares, que compõem a totalidade urbana. Os autores com base em Corrêa (2011) destacam que as cidades pequenas brasileiras não apresentavam diferenciação funcional evidente até meados da década de 1950, e que a partir desse período, diante das transformações econômicas e socioespaciais desiguais nos contextos regionais, as



cidades passaram a incorporar transformações importantes na rede urbana como resultado de sua participação na divisão territorial do trabalho e das transformações da própria sociedade.

Nesse sentido, a maneira como essas cidades interagem na rede urbana tem muito o que revelar sobre as contradições da (re)produção capitalista no espaço geográfico. Mesmo que a tendência do capitalismo seja para a homogeneização, esta não se completa face o processo de desenvolvimento desigual da própria sociedade e de sua inserção na divisão territorial do trabalho (Smith, 1988). E com esse crescente desenvolvimento desigual há a necessidade de o capitalismo evitar as crises e, com isso, “[...] a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital [...]” (Smith, 1988, p. 217). Nesse sentido, cabe pensar as transformações na urbanização, como ocorre e se reproduz na realidade das cidades pequenas e nas diferenças regionais entre suas formas e conteúdo.

Diante dos fatos, a inserção das cidades pequenas na rede urbana regional do Recôncavo Baiano, como nível de análise da realidade empírica, presente na problemática desta pesquisa, contribui com o estudo de novas questões a propósito das transformações na urbanização contemporânea. Cabe considerar a relação de interdependência entre as cidades, não somente pela satisfação das necessidades de bens e serviços, mas por articulações mais amplas que implicam mudanças de funções urbanas que foram sendo adquiridas ou se perderam com o passar do tempo (Leandro, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

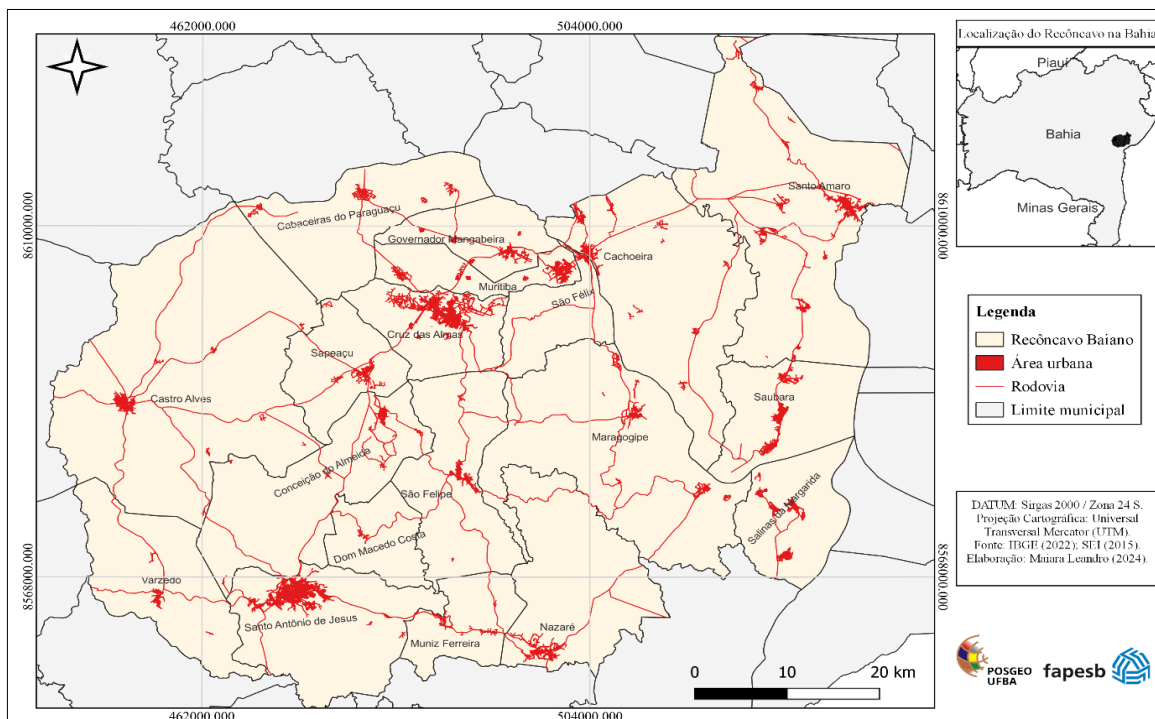
Os resultados alcançados nesta pesquisa sobre a inserção das cidades pequenas na rede urbana regional do Recôncavo Baiano revelam a intrincada teia de relações socioespaciais que caracterizam essa dimensão de cidades. Longe de serem meros apêndices de centros urbanos maiores, estas localidades demonstram a complexidade do seu processo de formação socioespacial, tanto na divisão territorial do trabalho que as estrutura internamente quanto em suas funções na rede urbana regional em que estão inseridas.

A compreensão da rede urbana organizada sob a influência da cidade de Santo Antônio de Jesus, localizada no Território de Identidade Recôncavo (Mapa 1)⁴, nos apresenta a referência do predomínio de uma subregião formada por pequenas cidades e relativamente

⁴ Nesta pesquisa, utiliza-se a delimitação do Território de Identidade Recôncavo, que é a atual forma de regionalização administrativa e unidade de planejamento de políticas públicas adotada pelo Governo do estado da Bahia, apenas para fins de localização e análise das cidades que compõem essa rede urbana regional.

distante de cidades maiores, como Feira de Santana-BA e Salvador-BA⁵.

Mapa 1 – Localização do Território de Identidade Recôncavo, Bahia, 2024.



Fonte: Elaborado por Maiara Leandro, 2024.

Historicamente, a delimitação do Recôncavo Baiano está relacionada à região geográfica, histórica e cultural da Baía de Todos-os-Santos. No entanto, a definição de um limite regional preciso para o Recôncavo Baiano é bastante complexa, pois, como apontou Santos, M. (1959, p. 62), "o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica".

Diante da consolidação da formação socioespacial da região, historicamente marcada pelos ciclos "açucareiro" e "fumageiro", o desenvolvimento decorreu do estabelecimento dos primeiros núcleos urbanos no entorno da zona canavieira, sob a influência da divisão social e territorial do trabalho. Nesse período, a dinâmica regional era comandada por Salvador, enquanto cidades como Cachoeira e Nazaré atuavam como importantes centros portuários e outros municípios serviam como áreas de passagem (Santos, M., 1959, p. 62).

Assim, algumas cidades prosperaram inicialmente com o ciclo da cana-de-açúcar e, posteriormente, com a ascensão de novas atividades econômicas, como o fumo e a indústria

⁵ A distância por ligação rodoviária entre as cidades de Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana é de 111km, envolvendo 1h e 50min de duração; e entre as cidades de Santo Antônio de Jesus e Salvador essa distância é de 110km, com uma parte da viagem com 15 km de travessia marítima na Baía de Todos os Santos, ao todo, o trajeto dura 2h e 40min, em condições normais.



petroquímica. Essa dinâmica histórica, aliada à reconfiguração das redes de transporte – impulsionada pelas novas lógicas espaciais trazidas por ferrovias e rodovias –, influenciou o papel e as funções das cidades na rede urbana regional (Santos, M., 1959; Brito, 2008; Bomfim, 2006).

Todavia, a fim de pensar as transformações socioespaciais contemporâneas, o recorte da área de estudo pauta-se na análise do comportamento e da importância de cidades pequenas desta rede urbana reconfigurada por novas dinâmicas de interações espaciais interescales, tendo em vista a ampliação da centralidade de Santo Antônio de Jesus mediante a articulação de várias cidades pequenas a esta rede de influência regional.

No período de 1940 a 1960, a economia do Recôncavo Baiano era predominantemente agrário-exportadora, e desempenhava funções de grande importância para o desenvolvimento da região. A partir das décadas de 1970 e 1980, apenas as cidades de Cruz das Almas, Nazaré, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus possuíam população urbana superior a rural. Contudo, os dados dos Censos de 1991, 2000, 2010 e 2022 revelam que outras cidades, como Cachoeira, Castro Alves, Maragogipe, Muritiba, São Félix e Saubara, também passaram a ter população urbana predominante. Apesar disso, a taxa de urbanização nessas cidades não apresenta a mesma expressividade observada em outros centros urbanos.

Por conseguinte, a análise da ocupação da população dos municípios, de 1970 a 2010, revela uma característica marcante na maioria das cidades pequenas da região: o predomínio do setor primário no conjunto das atividades econômicas. Nesse contexto, a estrutura econômica dos municípios está ligada, essencialmente, às atividades agropecuárias que absorvem grande percentual da força de trabalho, mas, ao mesmo tempo, mantém baixo nível de geração de riqueza, regionalmente influenciado pelo processo de formação socioespacial brasileira e suas marcas na estrutura colonial excludente, no trabalho escravo e na estrutura fundiária caracterizada pela acumulação de terras por latifúndios.

Os dados do IBGE em 2010 revelam que apenas Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas apresentam taxas de participação no setor primário inferiores a 20%, com 12,86% e 15,19%, respectivamente. Diante desse quadro, evidencia-se a diversificação econômica dessas cidades em relação aos demais municípios, onde o setor primário ainda exerce forte influência. Haja vista que, entre 1970 e 2010, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas apresentaram crescimento populacional mais consolidado, o que resulta do conjunto de fatores, incluindo às mudanças nas funções que passaram a desempenhar na rede urbana, com destaque para o fortalecimento do setor de serviços e comércio, que acabam por atrair pessoas de municípios vizinhos, sobretudo, das cidades pequenas.



Ao analisar o processo de urbanização brasileira destaca-se a influência da migração rural-urbana como um dos elementos fundamentais para pensarmos as mudanças ocorridas no campo e na cidade, sobretudo, em função das possibilidades criadas pela lógica urbano-industrial indutora do crescimento das cidades e suas redefinições socioespaciais. Especificamente, das médias e grandes cidades que criaram condições materiais e subjetivas (Santos, J., 2020) para a reprodução dessa lógica, além de reforçar o paradigma dos ideais da cidade, e em particular da indústria, como possibilidades únicas para a “melhoria da qualidade de vida” e para o “desenvolvimento” apontado pela modernidade. Consequentemente, essa migração da população expropriada de suas terras foi resultado de três processos importantes que devem ser considerados na análise conforme destaca Santos, J., (2020, p. 17), “[...] a ausência de políticas que garantissem a permanência do homem no campo; a mecanização/modernização da agricultura; e face períodos de crise na atividade agrícola”.

Observa-se que esse processo de migração, por sua vez, impulsiona a consolidação da dinâmica urbana na região, uma vez que, o aumento da taxa de urbanização, evidenciado pelos dados do IBGE de 2022 (Tabela 1), demonstra essa tendência.

Tabela 1 - População total, urbana, rural, na cidade e taxa de urbanização, por municípios -Território de Identidade Recôncavo, 2022

Municípios	Total	Urbana	Rural	Cidade	Taxa de urbanização (%)
Cabaceiras do Paraguaçu	16.559	5.297	11.262	3.777	31,99
Cachoeira	29.250	19.994	9.256	13.156	68,36
Castro Alves	24.712	15.783	8.929	15.568	63,87
Conceição do Almeida	15.794	7.478	8.316	6.800	47,35
Cruz das Almas	60.348	47.267	13.081	47.267	78,32
Dom Macedo Costa	4.407	2.226	2.181	2.226	50,51
Governador Mangabeira	20.605	9.400	11.205	9.400	45,62
Maragogipe	35.859	21.340	14.519	12.563	59,51
Muniz Ferreira	7.190	3.850	3.340	2.788	53,55
Muritiba	28.707	19.152	9.555	15.641	66,72
Nazaré	27.060	21.809	5.251	21.809	80,59
Salinas da Margarida	14.987	14.510	477	14.510	96,82
Santo Amaro	56.012	43.126	12.886	35.015	76,99
Santo Antônio de Jesus	103.055	92.210	10.845	92.210	89,48
São Felipe	20.283	11.168	9.115	10.888	55,06
São Félix	11.026	7.115	3.911	7.062	64,53
Sapeaçu	17.963	10.011	7.952	9.184	55,73
Saubara	11.438	11.169	269	7.913	97,65
Varzedo	9.913	4.286	5.627	4.029	43,24
Total	515.168	367.191	147.977	331.806	71,28

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Maiara Leandro.

A maioria dos municípios apresenta taxas de urbanização elevadas, com alguns casos, como Salinas da Margarida e Saubara, ultrapassando 95%, superando até mesmo Santo Antônio de Jesus, que registrou 89,48%. Em comparação com o grau médio de urbanização do Brasil (87,64%) e da Região Nordeste (77,64%), o Recôncavo Baiano atingiu 71,28% (IBGE, 2022). Todavia, a urbanização desse Território é relativamente recente, intensificando-se a partir de 2010, quando a taxa de urbanização era de 66,94% e nove dos dezenove municípios apresentavam população rural superior à urbana. Atualmente, com exceção de Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Governador Mangabeira e Varzedo, todos os demais municípios apresentam população urbana superior à rural.

Por conseguinte, no contexto da migração rural-urbana, suas influências e consequências nos municípios brasileiros, é interessante analisar o dado da taxa de crescimento geométrico anual, que demonstra o êxodo rural em muitos municípios, com destaque para os valores negativos do crescimento da população rural em comparação à urbana. Ao analisar os dados dos censos demográficos do IBGE (1940-2022), nas Tabelas 2 e 3, observa-se o comportamento dessa taxa de crescimento no Recôncavo Baiano.

Tabela 2 - Taxa de Crescimento Geométrico Anual da População Urbana, por município - Território de Identidade Recôncavo Baiano - 1940-2022

Município	2022- 2010	2010- 2000	2000- 1991	1991- 1980	1980- 1970	1970- 1960	1960- 1950	1940- 1950
Cabaceiras do Paraguaçu	1,11	3,46	6,69					
Cachoeira	1,65	0,35	1,22	0,28	0,11	3,31	-2,62	0,61
Castro Alves	0,05	0,69	1,17	-0,15	1,42	-1,88	6,25	-0,28
Conceição do Almeida	-0,48	-0,48	0,92	1,63	-0,07	-2,58	12,67	2,51
Cruz das Almas	-0,45	2,33	2,79	2,12	3,56	7,60	-0,69	4,08
Dom Macedo Costa	1,99	3,11	4,77	3,57	1,20			
Governador Mangabeira	2,00	1,05	2,53	0,55	6,97			
Maragogipe	-1,25	1,78	0,31	-0,16	0,72	3,62	-1,11	1,80
Muniz Ferreira	1,11	0,28	3,03	3,14	2,01			
Muritiba	0,49	0,08	2,21	0,66	1,15	-0,60	3,90	0,55
Nazaré	-0,40	-0,06	1,30	1,17	1,07	5,37	-2,63	-1,70
Salinas da Margarida	7,50	2,60	1,87	1,30	1,00			
Santo Antônio de Jesus	1,2	1,81	2,54	3,92	4,79	6,45	-0,19	2,72
Santo Amaro	-0,32	0,06	0,94	-0,02	2,96	-1,11	1,35	2,90
São Felipe	1,10	1,76	2,00	2,95	3,14	4,65	2,41	0,30
São Félix	-2,11	0,58	1,85	0,33	2,07	1,43	-1,68	-1,05
Sapeaçu	1,80	0,72	1,91	3,19	1,99	-1,87		
Saubara	0,16	0,83	7,03					
Varzedo	2,10	2,50	4,93					
Recôncavo Baiano	0,53	1,14	1,98	1,71	2,32	2,37	1,30	1,30

Fonte: IBGE (1940;1950;1960;1970;1980;1991;2000; 2010;2022). Organização: Maiara Leandro

Tabela 3 - Taxa de Crescimento Geométrico Anual da População da Rural, por municípios - Território de Identidade Recôncavo Baiano - 1970-2022

Município	2022- 2010	2010- 2000	2000- 1991	1991- 1980	1980- 1970	1970- 1960	1960- 1950	1940- 1950
Cabaceiras do Paraguaçu	-1,11	0,35	-0,39					
Cachoeira	-4,88	0,70	0,38	-0,06	0,30	-2,93	2,73	0,51
Castro Alves	-0,84	-1,15	-2,40	-8,78	0,58	2,83	-1,62	-0,05
Conceição do Almeida	-1,48	-0,61	-0,30	-0,88	-2,47	-0,24	-3,64	-1,00
Cruz das Almas	3,50	-4,24	-1,17	1,42	1,06	-3,01	-3,94	0,47
Dom Macedo Costa	0,26	-1,47	-2,40	-4,20	0,56			
Governador Mangabeira	-0,81	1,70	-1,96	0,40	1,44			
Maragogipe	-1,65	-0,83	0,55	-0,97	-0,58	-1,68	1,69	-0,32
Muniz Ferreira	-1,24	0,75	-0,35	-1,12	-0,64			
Muritiba	-1,00	-1,58	2,93	-5,08	0,91	-4,20	0,72	1,42
Nazaré	1,47	2,78	-5,28	-0,17	-0,01	-11,13	4,65	1,99
Salinas da Margarida	-17,20	2,66	1,62	1,19	2,86			
Santo Amaro	-0,09	-0,65	0,53	-2,20	0,71	-13,15	1,48	-3,98
Santo Antônio de Jesus	-0,58	0,49	-0,35	-3,49	-0,62	-1,90	2,06	0,24
São Felipe	-1,18	-1,32	-1,07	-0,31	-1,27	-0,21	-3,86	-0,26
São Félix	-1,56	-0,24	0,43	-4,70	0,86	-2,44	0,76	0,73
Sapeaçu	-0,54	-0,49	0,10	0,42	-0,57	0,63		
Saubara	0,51	8,02	-28,98					
Varzedo	-0,17	-0,51	-1,55					
Recôncavo Baiano	-1,18	-0,37	-0,53	-1,10	0,08	-2,65	0,69	-1,06

Fonte: IBGE (1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010; 2022). Organização: Maiara Leandro.

Como pode ser verificado na Tabela 2, a taxa de crescimento da população urbana nos municípios revela particularidades, tendências e mudanças decorrentes do processo de urbanização recente, influenciadas por diversos fatores, como migração, êxodo rural, aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, além das condições de emprego, de infraestrutura e de acesso a políticas públicas, entre outros. Concomitantemente, associada aos dados da Tabela 3, sobre a taxa de crescimento geométrico anual da população rural, observa-se um panorama de decréscimo populacional generalizado, com algumas exceções. Sobreretudo no período entre 2010 e 2022, apenas Cruz das Almas (3,50%), Dom Macedo Costa (0,26%), Nazaré (1,47%) e Saubara (0,51) apresentaram taxa de crescimento positiva da população rural.

No geral, os dados revelam a perda ou o crescimento relativamente menor da população rural, em relação à população urbana, que cresceu em taxas mais altas, sobretudo a partir das décadas de 1940 e 1950, sendo essa uma tendência no Recôncavo Baiano, como em vários outros municípios brasileiros conforme ressaltado por Santos, J., (2020). Todavia, mesmo apresentando crescimento geométrico anual negativo da população rural em relação a população urbana, a taxa de perda da população rural decaiu entre as décadas de 1980 a 2010,



e voltou a ter perda mais expressiva entre 2010 e 2022, chegando a -1,18%. À medida que a taxa de crescimento da população urbana apresentou decréscimo entre 2010 e 2022, em comparação ao decênio de 2000 e 2010, respectivamente, 0,53% e 1,14%.

Entretanto, corroboramos com Santos, J., (2020) ao chamar à atenção para uma análise cuidadosa desses dados, especificamente, entre às décadas de 1940 a 1980, uma vez que eles sejam pouco confiáveis nessa época face o contexto de vários desmembramentos que influenciaram oscilações abruptas nos dados urbanos e rurais. No caso do Recôncavo Baiano, por exemplo, muitos municípios foram emancipados entre 1962 e 1989, logo esses desmembramentos tiveram influência direta no comportamento dos dados analisados.

Por sua vez, esses dados de crescimento geométrico anual da população urbana ou rural nos ajudam a entender a dinâmica da urbanização no Recôncavo Baiano e sua ligação com as atividades predominantes dos setores primários e do processo de terceirização em curso. Mas, também apontam contradições e complexidades que se diferenciam na análise. Primeiro, é notável a redução da população rural e o crescimento geométrico anual da população urbana entre a maioria dos municípios, sobretudo diante do contexto de êxodo rural historicamente imbricado no processo de produção do espaço. Mas, há um ponto que nos chama à atenção, especificamente no caso das cidades de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, que apresentam essa tendência de crescimento urbano sob certa influência da localização estratégica na rede urbana.

Cruz das Almas tem avançado sobretudo no processo de terceirização das atividades econômicas e de redefinição na urbanização, ao passo que tem apresentado mudanças substanciais no comportamento dos dados em comparação ao período entre 2000 e 2010, que teve crescimento anual da população urbana de 2,33% em contraposição à perda de -4,24% da população rural nesse mesmo período. Haja vista que, os dados mais recentes, referentes ao período de 2010 a 2022, revelam mudança notável na sua dinâmica populacional. Observa-se o decréscimo da população urbana (-0,45%) e, em contrapartida, o aumento significativo da população rural (3,50%)⁶. Logo, esse crescimento expressivo da população rural contrasta com a tendência de decréscimo observada tanto nos outros municípios quanto no próprio histórico de Cruz das Almas, que apresentou taxas negativas nas décadas anteriores. Diante desse contexto, torna-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos fatores que influenciaram o recente crescimento da população rural no município.

⁶ Esses dados precisam ser melhor analisados, devido ao tipo de metodologia específica trabalhada pelo IBGE para contar população urbana e rural, a fim de avaliar se as áreas computadas como rurais não estão integradas ao perímetro urbano, uma vez que poderiam ser influenciadas pelo próprio processo de expansão urbana.



Posteriormente, Santo Antônio de Jesus, atualmente centraliza a rede urbana do Recôncavo Baiano, e apresentou entre 2010 e 2022 crescimento da população urbana de 1,2%, com leve decréscimo em relação à taxa de 1,81% registrada entre 2000 e 2010. Esse resultado indica uma desaceleração do crescimento urbano do município, acompanhando a tendência observada em Cruz das Almas. Quanto à população rural, Santo Antônio de Jesus apresentou retomada da redução na taxa de crescimento, com -0,58% entre 2010 e 2022. Esse valor contrasta com o crescimento de 0,49% observado entre 2000 e 2010, depois de quatro décadas de crescimento negativo da população rural.

Essas pequenas mudanças no crescimento das populações urbana e rural nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas evidenciam transformações na urbanização brasileira, que se mostra heterogênea e multifacetada, variando de cidade para cidade. Se por um lado, há a tendência de deslocamentos permanentes, pendulares e/ou ocasionais, para essas cidades, especificamente, para trabalhar, estudar e suprir demandas por serviços de saúde e compras em geral para a população da rede urbana do Recôncavo Baiano; por outro lado, há também a saída de pessoas dessas cidades para cidades maiores e/ou para o campo, à medida que aqueles que possuem terra ou pode adquiri-las devido um desejo de retornar para a zona rural, também é possível. Além de outras problemáticas que precisam ser consideradas na análise.

Como esclarece Santos, J., (2020), “[...] se, entre 1950 e 1980, houve intensos processos de migração, sobretudo das áreas rurais, para a Região Sudeste e para a RMS, nas últimas décadas isso não é mais tão prevalente. Concomitantemente ao deslocamento de pessoas do campo para a cidade, ocorre movimentos de retorno”. Como exemplo podemos pensar os movimentos sazonais, que frente à crise estrutural do capitalismo, suas transformações no mundo do trabalho em caráter temporário, precário e com baixa remuneração afetam diretamente às condições de reprodução da vida dos sujeitos, à medida que muitos não conseguem trabalhos permanentes e assim são conformados a se deslocarem para diversos lugares, ou até mesmo retornarem para a cidade natal. Essa mobilidade entre os sujeitos na busca pela reprodução da vida e inserção no mercado de trabalho, aponta outra discussão conceitual trabalhada por Moreira e Santos (2018) como plasticidade do trabalho.

De acordo com Moreira e Santos (2018, p. 327), a renda, ou melhor, a não existência de renda para os trabalhadores em meio a dinâmica do mercado de trabalho, é fator preponderante “[...] para que haja tais deslocamentos, pois o trabalhador vai em busca de espaços nos quais consiga vender seu trabalho por um preço maior daquele que consegue no seu município”. Mormente, por não encontrarem opções de emprego, sendo essa uma realidade inerente nas



cidades pequenas. Como destaca a fala do Entrevistado, morador da cidade de Conceição do Almeida, ao ser questionado se a cidade oferece opções de emprego: “aqui não tem opção, só a fábrica de calçado ou a prefeitura, porque o comércio só coloca mesmo os parentes [...]. Aí se você não procurar estudar ou trabalhar fora, aqui você morre de fome [...]” (Entrevista realizada em 24 de março de 2024).

Esse relato do Entrevistado, revela uma das faces da reestruturação produtiva do capital apontada por (Moreira e Santos, 2018), à medida que trabalhadores se vêm obrigados a saírem para trabalhar em outros locais devido à necessidade em se manter e manter a família com o trabalho. Logo, as afirmações dos entrevistados em geral revelam a “falta de trabalho” como um dos principais problemas enfrentados nas cidades pequenas, sendo essa uma realidade intrínseca nessas cidades, pois essas em sua maioria não têm postos suficientes para atender a demanda da oferta de força de trabalho disponível.

Nessa perspectiva apontada pelo Entrevistado, assim como diversos pesquisadores sobre as cidades pequenas, como Mello (2008), Silva (2011), Leandro (2020), Moreira e Santos (2018), entre outros, a Prefeitura é vista como a principal fonte empregadora, além do fato de que o setor de comércio e serviços não consegue absorver a força de trabalho restante, sendo esse setor na maioria das vezes composto pelos próprios familiares. Sem falar nos baixos salários ofertados, nas ocupações marcadas pela precarização do trabalho, na grande quantidade de trabalhadores que se denominam autônomos e aqueles trabalhadores empregados em casa de família, que em sua maioria, não têm garantia dos direitos trabalhistas.

Ademais, essa não é uma realidade única das cidades pequenas do Recôncavo Baiano. A realidade encontrada nessa rede urbana é expressão de movimento muito mais amplo, do modo como esse sistema capitalista periférico de exploração se reproduz espacialmente de modo desigual e combinado em cada dimensão de cidades. Diante dessa lógica, como já apontado nesta pesquisa, as cidades pequenas à primeira vista não são espaços privilegiados de interesse da reprodução capitalista, sobretudo no que se refere a organização da estrutura produtiva do setor terciário que de certo modo comanda a estruturação do espaço urbano no Brasil. Não obstante, no contexto da urbanização contemporânea, suas transformações e/ou negação de determinadas cidades, as cidades pequenas acabam se reproduzindo como espaço de reserva de pessoas para o trabalho flexível, precarizado e submisso às necessidades do capital.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões e na análise dos resultados desta pesquisa em andamento, aponta-se para a necessidade de superação das abordagens puramente hierárquicas na compreensão das redes urbanas, especialmente no que concerne ao papel das cidades pequenas. A complexidade das relações espaciais, permeada por dimensões sociais, políticas e culturais, demanda análises que considerem as especificidades de cada contexto local e a forma como as forças da (re)produção do espaço capitalista se manifestam de maneira diferenciada no território.

Diante das transformações na urbanização contemporânea, a inserção das cidades pequenas na rede urbana regional do Recôncavo Baiano revela as contradições socioespaciais da produção do espaço. Longe de serem meros apêndices de centros urbanos maiores, estas pequenas cidades demonstram a complexidade do processo de formação socioespacial, tanto na divisão territorial do trabalho que as estrutura internamente quanto em suas funções na rede urbana regional em que estão inseridas. Logo, a realidade encontrada no Recôncavo Baiano é expressão do movimento mais amplo de reprodução do espaço das cidades, e de como o sistema capitalista periférico de exploração se reproduz espacialmente de modo desigual e combinado em cada dimensão do urbano.

Para tanto, a reprodução do espaço capitalista nas cidades pequenas revela a complexidade das relações socioespaciais, da urbanização, suas transformações e expansão seletiva na totalidade do urbano. Daí a necessidade de superação das abordagens puramente hierárquicas na compreensão das redes urbanas, especialmente quanto ao papel das cidades pequenas, que apresentam relações socioespaciais complexas, marcadas por articulações mais amplas que implicam em mudanças nas funções urbanas, que foram sendo adquiridas ou perdidas ao longo do tempo.



REFERÊNCIAS

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

BRITO, Cristóvão. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p. SciELO Books [online].

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias**. 2012. 227 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05 - 12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso: 12 jan. 2023.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Rede urbana, cidades de porte médio e cidades médias: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná**. 2010. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9923>. Acesso em 12 de janeiro de 2025.

LEANDRO, Maiara Cerqueira. **Produção do espaço na cidade pequena: das representações socioespaciais à apropriação das práticas cotidianas em São Felipe-Ba**. 2020. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas – SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço**. 2014. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

MOREIRA, S. O; SANTOS, Janio. Mobilidade e plasticidade do trabalho: reflexões teóricas. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 19, 2018, p. 316-346.



PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Recôncavos**: Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, v. 1, n.1, p. 15, 2007. p. 08-22.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Janio. Entre as médias e pequenas, a dinâmica das cidades sub-regionais na Bahia. **Geopauta**. UESB, Vitória da Conquista, v. 6, 2022. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

SANTOS, Janio. Contribuição teórico-metodológica ao estudo das pequenas cidades, com base em pesquisas sobre a Bahia. In: BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (Org.). **Cidades médias e pequenas**: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019, v. 1, p. 52-84.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Meio técnico-científico e urbanização**: tendências e perspectivas. Comunicação apresentada no Seminário Brasil Século XXI, Seção “Campo e cidade na virada do século”. UNICAMP, 1989.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais - Universidade Federal da Bahia, Imprensa Oficial, 1959.

SILVEIRA, Rogério L. da. FACCIN, Carolina R. DETONI, Luana P. Cidades pequenas, rede urbana e desenvolvimento regional na região dos Vales-RS. **XIX Encontro Nacional da ANPUR**. Blumenau-SC, 2022. p. 1-27. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361985734_Cidades_pequenas_rede_urbana_e_desenvolvimento_regional_na_Regiao_dos_Vales-RS.

SMITH, Niel. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 250.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L; CARLOS, A. F; ODETTE, S. (Org.). **Espaço no fim de século**: a nova raridade. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 83-99.

SPOSITO, M. E. B.; CATELAN, M. J. Hierarchy and Heterarchy in Brazil's urban network **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/26442>. Acesso em: 10 março de 2025.